

-----**ATA NÚMERO 3/2018**-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,
REALIZADA EM DEZOITO DE JANEIRO DO ANO DOIS MIL E
DEZOITO.**-----

-----Aos dezoito dias do mês de janeiro do ano dois mil e dezoito, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Senhor Presidente, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, estando presentes o Senhor Vice-Presidente, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia e os Senhores Vereadores: Rubina Maria Branco Leal Vargas, Jorge Miguel do Vale Fernandes, Idalina Perestrelo Luís, Joana Carolina Oliveira da Silva, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Rui Miguel da Silva Barreto, Bruno Ferreira Martins, Elias Rodrigues Homem de Gouveia e João Pedro Mendonça Vieira. A secretariar esteve presente Catarina Isabel Sousa Pereira, Chefe de Divisão do Atendimento e Administração.-----

---Além dos acima referenciados estiveram igualmente presentes nesta reunião a Adjunta do Gabinete de Apoio à Presidência Andreia Caetano e os Adjuntos do Gabinete de Apoio à Vereação João Beja, Ricardo Alexandre, Sandra Machado e Sandra Silva.-----

-----Verificado o quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída

em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

INTERVENÇÃO DA VEREAÇÃO: - Ao iniciar este período, o Senhor Presidente começou por dar conhecimento do início da formação, no Regimento de Sapadores de Lisboa, dos formandos para os novos Bombeiros Sapadores do Funchal.-----

----- - Por sua vez, o Senhor Vereador João Pedro Vieira, da Confiança, e sobre o mesmo assunto, esclareceu: “Teve início, esta segunda-feira, a formação em Lisboa, junto dos Bombeiros Sapadores daquela cidade, o que irá permitir a disponibilização dos recursos necessários para progredirem na carreira e terem a mobilidade para Sapadores. Informo também que se aguarda a publicação, em Diário da República, dos vinte e quatro (24) bombeiros para que iniciem a sua formação com a maior brevidade possível. Ao nível da proteção civil, quero também informar que está a decorrer uma semana de prevenção na Escola Dr. Eduardo Brazão de Castro, sendo este mais um exemplo da aposta do presente Executivo na salvaguarda dos munícipes, da cidade e numa segurança de proximidade junto dos mais jovens”.-----

-----Retomando a palavra o Senhor Presidente, e em relação à questão com visibilidade em termos de comunicação social, nomeadamente, as declarações proferidas pelo Secretário Regional dos Equipamentos e Infraestruturas sobre a Ponte Nova com base num parecer do LNEC, e do qual a Câmara não tivera ainda

conhecimento, deu a palavra ao Senhor Vereador Bruno Martins, da Confiança, que esclareceu: “Esta semana a Dr^a. Cláudia Monteiro de Aguiar falou sobre a importância do património para o Turismo e refletiu acerca de algumas intervenções que têm sido realizadas na cidade do Funchal, dando o exemplo da Praça do Povo, intervenção que foi considerada, unanimemente, pelos arquitetos urbanísticos de um enorme erro e que descaracterizou a Avenida do Mar e adulterou o Plano inicial do Ventura Terra. Mais recentemente abordou as intervenções nas ribeiras, que mesmo tendo de ser resolvidas as questões de segurança das mesmas, deveria ter sido salvaguardado o património histórico e características intrínsecas integrantes. Referiu ainda a demolição da Ponte da Saúde e agora o caso da Ponte Nova, cujo embargo, ao contrário do que foi dito, não se trata de um “capricho”, mas decorre da obrigação de zelar pelo património e as afirmações proferidas pelo Senhor Secretário não são declarações de quem quer resolver a questão. Da parte do Executivo, existe a preocupação de resolver este assunto e, neste sentido, foi tomada a iniciativa, pela Autarquia, de elaboração de um projeto que salvasse o património, manifestando, mais uma vez, disponibilidade para encontrar uma solução o mais rapidamente possível”.-----

----- - Intervindo e sobre esta questão, a Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, apresentou uma Proposta de Recomendação, sobretudo pelo resultado do parecer do LNEC e tendo em conta os

constrangimentos que a situação provocava, no sentido de ser levantado o embargo, e, ao contrário do que o Senhor Vereador Bruno Martins referira, disse existir todo o interesse, da parte do Governo Regional, em resolver o assunto, não havendo qualquer interesse em manter a ponte no estado em que estava com todos os constrangimentos de trânsito bem como ao nível do comércio envolvente, sendo o embargo colocado pela Autarquia, opinando que “antes de se chegar a esta situação deveria se ter tentado a via do diálogo. Por outro lado, também o próprio resultado do parecer do LNEC, que considera que as obras devem ser retomadas de modo a serem repostas as condições de funcionalidade e de segurança da infraestrutura”.-----

----- - Tomando a palavra, o Senhor Vice-Presidente, Miguel Gouveia, questionou se a Senhora Vereadora Rubina Leal já tivera conhecimento do conteúdo do relatório do LNEC, ao que a mesma respondeu que conhecia as declarações que foram prestadas através da comunicação social e que aguarda que seja a Câmara a dar conhecimento do relatório.-----

----- - Intervindo novamente, o Senhor Vereador Bruno Martins, da Confiança, disse que a Câmara também não conhecia ainda o conteúdo do parecer e reconhecia a urgência das obras serem retomadas salvaguardando as características intrínsecas, o arco estrutural da ponte e o património.-----

-----Prosseguindo, a Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, disse que esta salvaguarda do património também deveria ser

aplicada na questão levantada noutra reunião sobre os moinhos e que na Assembleia existem diplomas relacionados com a proteção do património mas que nada foi feito.-----

----- - O Senhor Vice-Presidente, Miguel Gouveia, esclareceu que “o moinho em questão é de domínio privado, ao contrário da ponte que está no âmbito de domínio público municipal. A Ponte da Saúde foi destruída quando já era do conhecimento público o interesse da Câmara em classificá-la como património de interesse municipal, as ribeiras foram todas betonadas sem pareceres da DRC e quando esta Autarquia solicitou pareceres à então DRAC sobre a classificação das pontes não foi recebida qualquer resposta por parte desta tendo em conta que se trata de património público, não se comparando por isso a um moinho cujo proprietário é privado e em todo este tempo nem a Junta de Freguesia nem nenhum grupo de cidadãos, nem a Câmara Municipal, nem a DRC nem o Governo Regional, identificou aquele moinho como de interesse municipal, não constando sequer na Carta do Património para no futuro vir a ser protegido e não foi dado qualquer passo nesse sentido, mas a Câmara Municipal deu estes passos na Ponte Nova, nas Muralhas do Oudinot, na Ponte D. Manuel, na Ponte de São Paulo e na Ponte da Saúde, tendo esta última sido demolida à semelhança do que estava previsto para a Ponte Nova, tendo o projeto de alterações dado entrada nesta Autarquia quando as obras já estavam no terreno e a Câmara não tinha conhecimento prévio das obras que se iriam realizar e é natural que o dono da

obra embargue as obras de um imóvel que já se encontrava em processo de classificação. Depois de analisado o projeto, levantaram-se dúvidas quanto à preservação do ponto de vista patrimonial da ponte, tendo a Autarquia proposto a criação de uma comissão, para em conjunto com a Secretaria Regional, pudesse estudar uma solução que salvaguardasse quer o património quer a segurança, tendo a Secretaria Regional sido intransigente na não alteração do projeto”.

----- - Usando da palavra, o Senhor Vereador Elias Gouveia, do PSD, e relacionado com o moinho, disse que a sua preocupação seria a de manter aquele património acrescentando que existia legislação para proteção do mesmo, aconselhando as Câmaras a mantê-lo mesmo sendo património privado, e que, dentro da ARU, e fora dos núcleos históricos, os proprietários eram obrigados a manter as fachadas dos edifícios preservando o património cultural da cidade e, do ponto de vista etnográfico, esta seria uma exploração importante, referindo ainda, e em relação ao exemplo dado da Praça do Povo, que, provavelmente, não teria sido a melhor solução mas fora a encontrada na altura a fim de resolver o problema do depósito de terras.

----- - Usando, de novo, da palavra, a Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, alertou para a urgência da abertura das novas instalações de apoio aos carreiros do Monte e à população que se encontram concluídas desde novembro mas que ainda não foram abertas ao público. “Quer os carreiros quer a população

encontram-se sem apoio de qualquer infraestrutura deste tipo”, afirmou.-----

----- - Relativamente a esta questão, o Senhor Presidente informou que no âmbito das “Presidências Abertas”, realizadas no último mandato, e sendo uma delas na Freguesia do Monte, aquando dos contactos com a sociedade civil e carreiros, que são não só um símbolo em termos de turismo mas também uma importante fonte de rendimento para quem exerce aquela tarefa, verificou-se que não havia condições dignas para o exercício da sua profissão, nomeadamente a parte de espera para os turistas, a cafetaria, os balneários e o local de apoio logístico que carecia de uma urgente requalificação e, neste momento, confirmava que a obra estaria pronta e as instalações seriam abertas em conformidade com o estabelecido no caderno de encargos.-----

-----Retomando a palavra, a Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, fez saber que teriam sido contactados pelos serviços de algumas Juntas de Freguesia a informar que o acesso aos ortofotomapas fora cortado e que desde meados do passado ano não teriam acesso aquela ferramenta, ao que o Senhor Vice-Presidente, Miguel Gouveia, esclareceu que teria sido nessa altura que foi instalada uma nova rede de routers e que, eventualmente, poderia faltar alguma “password” para poderem aceder, dizendo que, no entanto, não tinha conhecimento da situação mas que iria alertar os serviços respetivos.-----

----- - Tomando novamente a palavra, o Senhor Vereador Elias

Gouveia, do PSD, e relativamente ao facto da Autarquia ter gasto cerca de duzentos e trinta mil euros em cortes de árvores na cidade, solicitou que lhe fosse facultado, caso existisse, o relatório final, onde conste que as situações perigosas das árvores estariam sanadas, os casos mais graves detetados, e, saber se existem, ainda, situações que não tenham sido solucionadas, dando o exemplo de alguns plátanos na Rua D. Carlos I que se encontram com buracos nos troncos, causando preocupação à população em geral que continua muito afetada com o sucedido no Monte, referindo a este propósito, declarações proferidas por um antigo membro da Assembleia Municipal a um órgão de comunicação social, em que afirmava que haveria uma forma de pressão sobre as pessoas, por parte da Câmara, questionando o Executivo qual o seu entendimento sobre estas afirmações e suspeitas.-----

----- - Respondendo o Senhor Presidente questionou se a pressão fora o apoio prestado às famílias que se dirigiram aos serviços da Autarquia, e que só prestaria declarações no âmbito do processo de averiguação feito pelo Ministério Público.-----

----- - Intervindo, e relacionado com a questão das árvores, o Senhor Vereador da Confiança, João Pedro Vieira, deu como exemplo da atuação da Autarquia a intervenção imediata numa árvore que apresentava risco de queda para a via pública, pedido efetuado pelo IVBM, pois a mesma encontrava-se na parte adjacente às suas instalações.-----

---Informou ainda que “a Divisão de Jardins e Espaços Verdes

emitiu mais de cento e vinte pareceres de árvores que poderiam estar em perigo, sendo que cerca de 80% dos pedidos são em terrenos privados que foram avaliados, existindo, como é óbvio, limitações de atuação por serem em terrenos privados. Quero referir ainda que em três meses foram efetuadas mais de trezentas e cinquenta notificações de limpezas de terrenos e árvores e procuramos sempre dar resposta a todas as solicitações, garantido que, neste aspeto, está a ser feito tudo o que está ao nosso alcance.”-----

----- - Fazendo a sua intervenção, a Senhora Vereadora Idalina Perestrelo, da Confiança, por sua vez, esclareceu que os trabalhos serão planeados e têm sido efetuados os procedimentos para as podas e cortes necessários, com relatórios e com empresas especializadas. “O Instituto de Conservação da Natureza, por vezes, demarca-se das suas responsabilidades e, temos vindo a sentir, desde o dia 15 de agosto, que é fácil imputar à Câmara todas as responsabilidades. Todos os procedimentos foram bem executados e os adequados”, sublinhou.-----

----- - Intervindo novamente, o Senhor Vereador Elias Gouveia, do PSD, referiu que “começo a sentir que o que é falado em reunião de Câmara, muitas vezes, constitui ofensa e a nossa postura é de pró atividade. Não estamos a julgar mas sim a alertar para situações que os munícipes nos colocam e fazer uma chamada de atenção para algum incumprimento.”-----

----- - O Senhor Presidente, a este propósito, disse: “A vossa

função, enquanto vereadores da oposição, é colocar questões e apresentar soluções para os problemas da cidade mas há que convir que, por vezes, há determinadas afirmações, da forma como são proferidas, tornam-se ofensivas.”-----

----- - Usando da palavra o Senhor Vereador Rui Barreto, do CDS/PP, e retomando a questão da Ponte Nova, referiu que “esta situação tem prejudicado os funchalenses que deveriam ser esclarecidos da situação. As intervenções nas ribeiras, por parte do Governo Regional, foram desastrosas e não justificadas na sua plenitude, sendo que o Governo, previa, inicialmente, destruir pontes e muralhas centenárias e históricas da cidade e não fora o facto de haver o exercício da cidadania de alguns especialistas que se insurgiram, e bem, na defesa do património, estaríamos agora a recordar fotografias, saudando aquele que se conseguiu preservar. Houve incúria do Governo Regional em preservar o património e não será com o levantamento do embargo que se branqueará comportamentos do passado. No entanto, se existe vontade das partes em arranjar uma solução deveriam seguir esta via e ser entregues à Câmara o estudo e todos os elementos disponíveis para resolver esta questão junto do Governo Regional. Questiono, a este propósito, o ponto de situação das reuniões havidas junto do Governo e se esta matéria não poderia ser resolvida com o levantamento do embargo nem com uma solução meramente política, tendo que haver manifestações lado a lado e parte a parte para que a Autarquia se pronuncie sobre qual o projeto que o

Governo prevê. Quero também referir uma notícia veiculada de que a Câmara, dona da ponte, mas não dona da obra, pretende chamar a si a condução da mesma e nesta situação de impasse quais os próximos passos a tomar”.-----

----- - Relativamente a esta questão, o Senhor Presidente disse que “é nossa função preservar o património e esta tem sido sempre a nossa preocupação, seja com a ponte ou com outros aspetos patrimoniais aqui já referenciados. Este episódio da Ponte Nova e de todo o processo de obras de intervenção nas ribeiras, foi imposto pelo Governo Regional e as muralhas e as pontes são propriedade municipal. Por minha iniciativa, solicitei, logo no início deste processo, uma reunião com o então Secretário Regional, Dr. Sérgio Marques, numa altura em que ainda se poderia travar este processo e em que pretendiam destruir todas as pontes e foi-me comunicado que era irreversível a alteração ao projeto, havendo um total autismo naquilo que era a minha preocupação na preservação deste património, algum do qual foi, irremediavelmente, destruído, sendo necessário preservar o que ainda existe e o que queremos é preservá-lo. Neste momento, temos uma situação que prejudica a cidade mas prejuízo maior será se a ponte que está em processo de classificação ficar ferida no seu valor patrimonial e temos toda a boa vontade já manifestada em diversos ofícios junto do Governo Regional no sentido de resolver a questão, através da criação de um grupo de trabalho conjunto em que ambas as partes estejam de acordo e

para tal necessitamos de alguém com conhecimentos específicos e técnicos para que em termos de projeto a ser implementado salvaguarde as várias vertentes patrimoniais e tenha o Governo Regional vontade política de o fazer que com certeza irá se solucionar”.

-----Retomando a palavra, o Senhor Vereador do CDS/PP, Rui Barreto, questionou se, no entendimento da Câmara, forem preservados os elementos identificativos da ponte, estaria o Senhor Presidente disponível para levantar o embargo.

----- - O Senhor Presidente respondeu afirmativamente, mantendo-se os pressupostos referidos anteriormente.

-----Por fim, o Senhor Vereador Rui Barreto, do CDS/PP, e a propósito duma notícia dando conta da intenção do encerramento da Rua Dr. Fernão de Ornelas, questionou se haviam estudos de mobilidade, qual o impacto que teria para a cidade, para a mobilidade e para os comerciantes e se a decisão estaria já tomada ou se se tratava ainda de uma intenção.

----- - Sobre esta questão, o Senhor Presidente informou que qualquer decisão que a Câmara tome, nomeadamente em intervenções urbanísticas e que tenham reflexos quer comerciais quer ao nível da mobilidade, são estudadas previamente e antes de serem executadas, e, tiveram como base na ponderação dois aspetos, a economia local e a mobilidade bem como qual o ordenamento urbanístico para aquela zona que represente uma mais-valia para a cidade.

----- - O Senhor Vereador Bruno Martins, da Confiança, intervindo referiu: “Do ponto de vista do estudo de mobilidade, esta rua tem pouco trânsito e terão que existir corredores para cargas e descargas e também por questões de segurança. Os números indicam menor número de viaturas e maior número de transeuntes, mas qualquer solução será tida em diálogo com os comerciantes que, entretanto, já se iniciou há algum tempo, encontrando-se em desenvolvimento, sendo que a decisão será discutida e partilhada com os intervenientes. A beneficiação desta artéria poderá melhorar o comércio e restauração desta zona”.-----

----- - Relativamente ao estudo referido o Senhor Vereador Rui Barreto, do CDS/PP, questionou se o mesmo poderia ser disponibilizado, tendo o Senhor Presidente respondido afirmativamente, quer ao nível do comércio quer ao nível da mobilidade.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

1 – FINANCIAMENTO A CURTO PRAZO PARA O ANO DE 2018: -

Presente o relatório final de análise das propostas das instituições de crédito para um financiamento de curto prazo para o ano de dois mil e dezoito, no valor de € 3.000.000 (três milhões de euros), que propõe a adjudicação ao Banco Santander Totta, S.A., tendo a Câmara deliberado, por unanimidade, aprovar, e submeter à Assembleia Municipal nos termos da alínea ccc) do número um do

artigo trinta e três e da alínea f) do número um do artigo vinte e cinco, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro.-----

--- - Em relação a este ponto, o Senhor Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, questionou qual o objetivo deste financiamento e a necessidade de o efetuar neste momento, ao que o Senhor Vice-Presidente, Miguel Gouveia, respondeu que “este financiamento é inscrito no orçamento da receita e terá de ser utilizado até ao final do ano à semelhança do efetuado no ano passado”.-----

2 – EMPRESAS MUNICIPAIS:-----

Designação do Administrador Único da FrenteMarFunchal, Gestão e Exploração de Espaços Públicos e Estacionamentos Públicos Urbanos, E.M.: - Subscrita pela

Senhora Vereadora da Confiança, Idalina Perestrelo, foi presente e aprovada, por maioria, com abstenção do PSD e CDS/PP, a seguinte proposta de deliberação:-----

---“Considerando que na reunião datada de 11 do corrente mês foi, em cumprimento do estatuído nos n.ºs 4 e 5.º, do artigo 30.º., da Lei n.º. 50/2012, de 31 de agosto, conjugados com o disposto nos n.ºs. 1 e 2, do artigo 12.º., do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, diploma que aprovou o Estatuto de Gestor Público, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º. 8/2012, de 18 de janeiro, aprovado o perfil, experiência profissional e competências de gestão da personalidade a propor para o cargo de Administrador Único da empresa local

FrenteMarFunchal, Gestão e Exploração de Espaços Públicos e Estacionamento Públicos Urbanos, E.M.; Considerando o disposto no artigo 12º. do Estatuto de Gestor Público que determina que os gestores públicos devam ser escolhidos de entre pessoas com comprovada idoneidade, mérito profissional, competências e experiência de gestão, bem como sentido de interesse público e habilitadas, no mínimo, com o grau académico de licenciatura; Considerando que, previamente à eleição do gestor público local, é imperativo dar cumprimento às normas legais plasmadas no artigo 13º., do Estatuto do Gestor Público, submetendo-se à Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP) a proposta de designação, competindo a esta Comissão a realização da *“avaliação, não vinculativa, de currículo e de adequação das competências ao cargo de gestor público da personalidade”* a eleger para o cargo; Considerando as competências que me estão atribuídas, na qualidade de representante da Câmara Municipal do Funchal, na Assembleia Geral da FrenteMarFunchal, Gestão e Exploração de Espaços Públicos e Estacionamento Públicos Urbanos, E.M., decorrentes do disposto no nº 1, do artigo 26º, da Lei 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais e do disposto no nº 2, do artigo 7º., dos Estatutos desta empresa local: - Tenho a honra de propor para o cargo de Administrador Único da FrenteMarFunchal, Gestão e Exploração de Espaços Públicos e Estacionamento Públicos urbanos, E.M., José Nelson Rodrigues

Abreu, licenciado em Gestão de Empresas, o qual possui os requisitos legalmente exigidos para o cargo, conforme se comprova pela nota curricular, que constitui o ano I à presente deliberação. Deverá a presente deliberação, acompanhada de todos os documentos que a integram, ser enviado à CReSAP, em cumprimento do disposto no nº 2, do artigo 12º., e nºs. 3 e 4, do artigo 13º., do Estatuto do Gestor Público”.

3 – CULTURA E CRIATIVIDADE:

- **Museu Henrique e Francisco Franco:** - Conforme solicitado pela Divisão de Cultura e Turismo – Museu Henrique e Francisco Franco (I - 854/2018), a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar entradas gratuitas naquele Museu, em dias temáticos, bem como a abertura depois do horário de expediente ou ao sábado.

--- - Relativamente a esta questão, o Senhor Presidente informou que “foi tomada a opção política de estender esta autorização de entradas gratuitas, em regime de permanência, aos restantes museus municipais devido ao aumento dos visitantes, que será alvo de uma deliberação presente a reunião de Câmara e está relacionada com a nossa estratégia da democratização do acesso à cultura e a oferta cultural deve estar disponível para quem nos visita e quem aqui reside e da criação de novos públicos.”

4 – UTILIZAÇÃO DO TEATRO MUNICIPAL – Isenção de Taxas:

- **Associação Cultural e de Solidariedade Social Raquel Lombardi:** - Acompanhado da informação da Divisão Jurídica

(datada de 2018/01/08), foi presente o pedido da Associação Cultural e de Solidariedade Social Raquel Lombardi, solicitando a isenção de taxas municipais pelo uso do Teatro Municipal, para a realização do concerto denominado “Unidos a Alírio Diaz”, tendo a Câmara deliberado deferir, por unanimidade.-----

--- - Em relação a esta questão, o Senhor Vereador Rui Barreto, do CDS/PP, referiu: “Existe um regulamento e as associações sabem os valores das taxas, mas, mesmo assim, pedem isenções e este expediente irá propagar-se a menos que exista um critério para estas situações”.-----

--- - O Senhor Presidente informou que há um regulamento que tipifica a utilização do Teatro. Disse existirem apoios que são diretos às atividades de interesse municipal e outros indiretos, como seria os casos das isenções e apoio logístico e a maior parte eram espetáculos de solidariedade que mereciam ser apoiados, sendo uma opção política.-----

--- - Por sua vez, a Senhora Vereadora Joana Silva, do PSD, questionou qual o âmbito de ação da presente associação e para quem reverteriam as receitas, ao que o Senhor Presidente informou que esta associação regional integrava doentes oncológicos, sendo as receitas destinadas a ajudar os seus associados.-----

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às onze horas e quarenta e cinco minutos.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu,

Chefe de Divisão de Atendimento e Administração, na qualidade de Secretária, a redigi e subscrevo.-----

Nota: Ata publicitada pelo Edital nº 33/2018, publicada nos locais de estilo.